
Revista mantida por grupos de pesquisa em História sediados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), especializada na publicação de artigos de revisão e resenhas de livros de História e Memória.



Mauro Condé | Imagem: [IEA/USP](#)

Historicidade das ciências – Resenha de “Historiografia da Ciência na América do Sul: recepção, reflexão e produção (Argentina, Brasil e Uruguai)”, dossiê organizado por Mauro Condé, na revista *Transversal*

Itamar Freitas (UFS)

Resumo: O dossiê “Historiografia da Ciência na América do Sul”, organizado por Mauro Condé e publicado na *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* visa fortalecer laços entre pesquisadores sul-americanos. Equivoca-se em generalizações conceituais e excessos interpretativos, mas acerta ao diversificar temas, incentivar a descolonização epistemológica e valorizar experiências nacionais como o SUS.

Palavras-chave: historiografia da Ciência; Epistemologia Histórica; Mauro Condé.

No Brasil, circulam, aproximadamente, 190 revistas autodesignadas (em seu foco e escopo) “de História” (*Resenha Crítica*, 2021). Um quinto desses periódicos explora questões e objetos escanteados pelos historiadores por formação inicial (graduados em História), como Direito, Educação, Ensino, Enfermagem, Esporte, Matemática e Medicina. Não é tanto por má vontade ou pré-conceito, como eu julgava há uma década, e sim pelo fato de a demanda por narrar a historicidade das coisas estar em todos os cantos da vida prática. É isso que explica, provavelmente, a criação recente de uma revista especializada em crítica e narrativa da escrita histórica sobre a ciência – *Transversal: International Journal for the Historiography of Science* (UFMG, 2016). Foi esse periódico quem publicou, no dia de Natal, o dossiê “Historiografia da Ciência na América do Sul, reunindo oito pesquisadores que tratam de experiências argentinas, brasileiras e uruguaias.



Com esse dossiê, o periódico visa ao fortalecimento das interações entre pesquisadores da Argentina, Brasil e do Uruguai, no que diz respeito à pesquisa sobre História e Filosofia da ciência. Esse é o objetivo principal anunciado pelo organizador Mauro Condé. Não sei se por questões de ética prática ou mesmo por crença, o apresentador reitera uma tendência recentíssima nos trabalhos do gênero: é necessário descolonizar as narrativas sobre a ciência por meio da percepção e da reflexão de ideias estrangeiras acerca do assunto em seu contexto de recepção. Na sequência, entretanto, Condé toma para si a conhecida tese de que determinadas ideias estavam fora do lugar, exemplificando com o caso de Pedro Américo a partir do qual ressuscita a hipótese de que o Brasil não estava preparado para compreendê-las: “ainda não havia uma cultura científica [...] demoraria 100 anos até que Pedro Américo tivesse leitores adequados à sua tese” (p.2-3).

É exatamente essa tese já tornada máxima no senso comum que o primeiro texto vai (indiretamente) refutar. Em “Historicidade, historiografia e esperança – A Economia Moral da Saúde”, Tiago Santos Almeida não toma as ideias, necessariamente, sobre história da ciência como elementos acabados e nacionalizados passíveis de serem compreendidos, ou não, em seus termos, digamos, originais, em territórios pedregosos, como o brasileiro. Ao estudar a realização teórico-prática do Serviço Único de Saúde (SUS), ele reconhece uma jabuticaba revolucionária: os brasileiros que pensaram o Sistema, lá pelos idos da década de 80 do século passado, inseriram a historicidade como categoria epistemológica e conteúdo substantivo curricular a fim de “colocar a ciência e a tecnologia a serviço de certos valores democráticos e emancipatórios, para produzir novas práticas de saúde, para produzir normatividades” (p.7). Nesse caso, não se discute se os médicos sanitaristas brasileiros estavam, ou não, preparados para compreender as “escolas” (uso, inadequado do termo, a meu ver) de história médica “teuto-americana” e de história epistemológica “francesa”. Inspirados em ideais coletivistas e socialistas, eles simplesmente combinaram, por exemplo, M. Foucault e G. Canguilhem para produzir a mais bem sucedida política de saúde pública no mundo: o nosso velho, combalido e, agora, heroico, SUS.

No artigo seguinte, a historicidade é problematizada em termos de postulado conhecido há um século e meio, mas reificado por Lucien Febre: o maior dos pecados do historiador é o anacronismo. No texto da argentina Marcela Renée Becerra Batán, a disputa entre o presente dominando o passado e o passado dominando o presente, na interpretação das fontes e na construção da narrativa histórica profissional, é comunicada sob o título: “Entre recepção e reflexão – notas para uma avaliação epistemológica atual em torno do whiggismo e do presenteísmo na proposta historiográfica de Guilherme Boido [(1941-2013)”. A autora apresenta eventos da carreira acadêmica de Boido, ativista da ciência e perseguido pela ditadura militar, descreve as críticas do professor às perspectivas extremas – “whiggismo” e “presentismo” –, expõe as recentes leituras sobre as formas de abordar essa disputa (disputa aporética, no meu julgamento), didatizando as possibilidades de um presenteísmo que não recai em uma espécie de nihilismo relativista. Até aqui, temos uma informação relevante para o domínio e a tentativa de avaliar o trabalho de Boido sob novo ângulo. Entretanto, quando a própria autora se apoia em Braunstein para declarar que Boido “foi capaz de pensar esses temas no quadro da disputa ‘Whiggismo vs. historicismo’ (ou ‘Whiggismo vs. contextualismo’) tal como se desenvolveu no debate dos países anglo-saxões, mas não no quadro que se desenvolveu a esse respeito na esfera francesa”, uma nota destoante se encastela no artigo: qual seria a contribuição dessa declaração para uma história da historiografia da ciência na Argentina hoje? Qual valor seria acrescentado à obra de Boido se ele também se apropriasse da discussão nos termos do que ocorria na Europa francófona?

O anacronismo combatido por Marcela Batán, por intermédio do personagem Guilherme Boido, parece respingar no trabalho de María Laura Martínez – “Os primeiros dias da história da ciência no Uruguai: seus primeiros cursos e praticantes” –, que afirma: “a história da ciência habitualmente praticada pelas figuras citadas [Desiderius Papp, inclusive] concentrava-se na periodização, no registro das descobertas e publicações científicas ou na enumeração de datas e autores” (p.13). É o lugar comum da “história positivista” referida também por Batán. Um vício experimentado pelos historiadores com formação inicial em História. Martínez não ousa maiores tipificações sobre a História e a Filosofia das Ciências praticadas a partir dos anos 40 do século passado, no Uruguai, além das menções às referências europeias de seus personagens. Mas descreve, didaticamente, as iniciativas institucionalizadas de ensino de história das ciências: cursos, apoios, trajetórias acadêmicas, aportes teóricos transnacionais e, principalmente, ideias de Ciência da História, Filosofia da História, História da Ciência professadas pelo belga Paul Schurmann e pelo húngaro Desiderius Papp, deixando pistas sobre uma possível valorização da disciplina História da Ciência para a própria produção do conhecimento científico em vários domínios acadêmicos. Agindo dessa maneira despretensiosa, ela presenteia os colegas com a oportunidade de explorar uma ideia que atravessa a experiência desses professores: eles reconheciam a historicidade de gênios e pessoas comuns e o caráter temporal e social das suas atividades, mas atribuíam protagonismo a entidades, como o progresso e a evolução. Além disso, entendiam que manufaturar História da Ciência era considerar o todo como a conjugação de partes justapostas, ou seja, a história das disciplinas conformaria a História

da Ciência que, ao fim e ao cabo, conformaria a história da humanidade, algo bem próximo ao que pensavam os historiadores por formação e bem distante do “espírito” antimetafísico, formalmente, defendido pelos colaboradores desse dossiê.

O quarto artigo trata da recepção do conhecimento entre saberes da história da ciência e de coletivos não acadêmicos – “[Coprodução figurativa]: Recepções inesperadas da História da Ciência”. Problematizando um caso raro em que a ideia de testemunho (a autoridade do depoimento de quem, traumáticamente, experimentou o fato) professada pela historiadora da ciência Verónica Tozzi Thompson foi empregada por um magistrado para validar uma decisão judicial, María de los Ángeles Martini toma partido por uma epistemologia comunitarista (em oposição a uma epistemologia individualista), ou seja, ela defende que a legitimidade do conhecimento científico é adquirida no interior de corporações, sendo, portanto, moral, político e social. O caso concreto em que uma filosofia “narrativista” (H. White) e uma epistemologia “comunitária (M. Kusch) dá suporte a uma condenação judicial é empregado pela autora para demonstrar o valor potencial da categoria “coprodução figurativa”.

Essas assertivas de Martini me estimulam a fazer dois comentários não, necessariamente, críticos ao seu texto. O primeiro deles tem a ver com a filosofia da História produzida por Tozzi Thompson. Aqui a historicidade das teorias da História sai prejudicada na medida em que a crítica à função do testemunho como base de uma representação “verdadeira e imparcial dos eventos passados” existe um século antes das formulações narrativistas de White. Neste caso, filósofos da ciência devem ler mais a história dos historiadores da ciência da História. O “novo” da filosofia narrativista da história fica, então, bastante desbotado.

Sobre a epistemologia comunitária, notadamente a natureza do testemunho, diria que a adequabilidade da proposta está restrita à natureza do exemplo dado, ou seja, à recepção de um texto produzido na Filosofia da História na esfera do judiciário. Digo isso porque as expressões “testemunho” e “usos do testemunho” não possuem o mesmo significado para a representação do passado demandada no judiciário e para a representação do passado demandada em corporações (comunidades) de historiadores. Estes podem encerrar o seu texto a qualquer momento, com um “possível”, “provável” ou “incerto”, mas os juízes devem decretar o “aconteceu dessa forma”. Paradoxalmente, a filosofia da história e a epistemologia da história que geram essa noção sofisticada de testemunho acabam por fortalecer uma demanda judiciária por contar as coisas “como realmente aconteceram”. Além disso, para grande parte dos historiadores, a fala dos que sofreram não bastaria para legitimar o estabelecimento de um fato. Por uma série de razões que não podemos discutir aqui, historiadores (que não necessariamente trabalham para gerar tecnologias sociais ou reparações) ainda fazem distinções entre historiografia e memória. Esses comentários, é claro, fariam mais sentido se a autora do artigo estivesse a defender essa nova noção de testemunho para a construção da escrita da História da Ciência, algo que ela não faz (é necessário registrar).



Verónica Tozzi Alexandre Koyré Guillermo Boido | Imagens: [S. Ginnobili](#), [Babelio](#) e [Internet Archive](#)

No quinto artigo, escrito por Juan A. Queijo Olano, a meta é narrar as razões, acontecimentos e consequências da disputa em torno de cátedra de “Pensamento Científico”, na Universidade da República do Uruguai, envolvendo dois personagens: Desiderio Papp e Félix Cernuschi (“Cernuschi *vs.* Papp: uma disputa uruguaia sobre História da Ciência”). O texto tem um viés presentista: saber por que as coisas não aconteceram (como deveriam ter acontecido?), ou seja, “por que não foi possível formar um campo fértil para o estudo da História da Ciência, apesar de importantes expoentes de meados do século XX praticarem a disciplina de maneira profissional?” (p.2). Penso que a ocorrência da disputa já é razão suficiente para a escrita do artigo. Não apenas pelo que o próprio autor declara: a demanda por ensino superior de História da Ciência no Uruguai, devido ao desconhecimento dos historiadores “a respeito das ciências” e, o mais importante, o confronto entre pontos de vista sobre os critérios de validação da verdade científica. O autor explora com mais vagar o conflito entre o empirismo radical (de Cernuschi) e o racionalismo radical (de Papp), mas deixa pistas que podem ser analisadas por outros historiadores da ciência, dispostos a estudar as diferentes e complexas camadas de interesses econômicos e políticos que explicam o protagonismo desses intelectuais envolvidos com os saberes da Física e da Matemática. Tais registros estão no arsenal de critérios de que lançam mão para fazer valer sua vontade sobre o outro e que revelam, a meu ver, o caráter moral de toda verdade científica: a agência (individual/coletiva), o público (genérico/especializado), o gênero textual (artigo/livro), a contemporaneidade de problema (novidade/tradição), a instância de realização científica (teórica/prática).

O dossiê se encerra com três textos de autores brasileiros. Em “Algumas observações sobre a História da introdução de Alexandre Koyré no Brasil”, Marlon Salomon narra com fluidez as primeiras apropriações desse filósofo francês em contextos carioca e paulista. No Rio, Koyré foi apresentado ao público por marxistas althusserianos ligados ao mundo dos livreiros. Em São Paulo, Koyré foi traduzido e, depois, contestado por praticantes acadêmicos de História da Ciência – já institucionalizada na Faculdade de Filosofia e Letras da USP. Com esse estudo de apropriação, ficamos informados sobre filiações brasileiras – em termos de Epistemologia, História da Ciência (e lugar da História na História da

Ciência) – às propostas estadunidenses em São Paulo e francesas no Rio. O artigo desliza apenas em dois pontos: o primeiro é a indistinção, para o leitor, do emprego das categorias institucionalização, autonomização disciplinar e profissão (ou profissionalização), que ocorrem em contextos não, necessariamente, semelhantes, revelados no próprio texto; o segundo é a adoção da perspectiva (acusatória), inspirada em P. Bourdieu, de que as ideias, não raro, circulam, internacionalmente, desprovidas do seu contexto. (p.12). Penso que a resignificação das ideias a partir de demandas e peculiaridades locais é um fato e assim deve ser considerada. A desleitura (o erro, acaso etc.) das ideias choca o historiador erudito *pos factum*, mas ela é, no contexto local, elemento criador.

No segundo texto de autores nacionais, Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos fustiga os marcos clássicos de emergência das histórias e historiadores da ciência no Brasil. Ele (indiretamente) interroga: servem às histórias das ciências os problemas de produção, formação acadêmica, memória ou consumo escolar de ciências? Considerando legítimas essas quatro dimensões – por que não expandir os lugares de ciência para além do polígono Rio-Minas-São Paulo? –, Vasconcelos tem uma motivação, evidentemente: ao abordar o Gabinete (e, depois, Museu) de História Natural da Província do Ceará, instituído (veja o verbo), no último terço do século XIX, e pouco (ou nada) referido nos escritos históricos sobre a matéria, de modo lógico e com coerência ideológica, põe em questão as ideias de “nação” e de “ciência” empregadas, principalmente, nas histórias da ciência no/do Brasil. Vasconcelos só é injusto (com os marxistas) quando se refere ao “argumento marxista”, sem apontar os seus usuários, para denunciar a causa da perpetuação de uma memória “disciplinar” e “disciplinada” sobre a exclusiva prática científica circunscrita ao Sudeste do Brasil.

O último texto da coletânea aborda “O lugar da história na história da ciência” no “contexto brasileiro”. Usando o pensamento de Carlos Alvarez Maia, professor de História da Ciência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Andréa Mara Ribeiro da Silva Vieira sintetiza o que na sua visão é um problema atual: historiadores da Ciência não entendem de teoria e metodologia da História e Historiadores são pouco versados nos conhecimentos da Física, Química, Biologia, entre outras. O problema parece relevante e as soluções comunicadas por Vieira passam pela educação em mão dupla: formação dos alunos em pontos de vista histórico e adoção dos conhecimentos ciência como conteúdo substantivo. A autora faz, ainda, uma descrição do domínio no Brasil: um misto pouco articulado entre memória institucional e descrição dos instrumentos de reprodução do campo (disciplinas de graduação, cursos de pós-graduação, centros de pesquisa etc.) e assevera que História da Ciência é História. A relevância da relação e a reivindicação da formação biunívoca, contudo, não é óbvia, pois considera História, predominantemente, como meio/método de representação, e as ciências, como conteúdo substantivo, quando sabemos (e o próprio dossiê o revela) que a substância da ciência exige a compreensão de sua historicidade e a prática de representação do passado é efetivada segundo princípios dominantes de ciência moderna (indução, dedução, distância, objetividade, verdade etc.). Há duas décadas, historiadores da educação passaram pelo mesmo dilema. Descobriram, ao final, que os historiadores por formação não haviam produzido um discurso sobre a

natureza do campo ou da disciplina, suficientemente convergente (ou, segundo alguns, homogêneo) para integrar a História da Educação como subcampo ou subdisciplina da História.

O que tentei fazer aqui foi um apanhado dos acertos, dos deslizes e dos *insights* comunicados nas propostas de historicização de ideias e práticas caras ao escopo da revista *Transversal* em sua investida transnacional, no âmbito da América do Sul. Os resultados são, portanto, individualizados. Contudo, observando o dossiê como retrato e considerando os dossiês publicados nos últimos cinco anos, é necessário afirmar que a revista segue vitoriosa em sua tarefa de pluralizar os caminhos para pensar e praticar História e Filosofia da Ciência, discutindo segmentos da obra de Ludwig Wittgenstein, Georges Canguilhem, Pierre Duhem, como também o ensino científico, recortes de gênero e transposições e interações disciplinares.

Sumário do dossiê “Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay)”

Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay) | Mauro L. Condé

Historicity, Historiography, and HopeThe Moral Economy of Health | Tiago Santos Almeida

Between Reception and Reflection: Notes for a Current Epistemological Evaluation around Whiggism and Presentism in Guillermo Boido’s Historiographical Proposal | Marcela Renée Becerra Batán

The Early Days of the History of Science in Uruguay: Its First Courses and Practitioners | María Laura Martínez

Figural Co-ProductionUnexpected Receptions of the History of Science | María de los Ángeles Martini

Cernuschi vs. PappThe Uruguayan Dispute over the History of Science | Juan A. Queijo Olano

Some Remarks on the History of the Introduction of Alexandre Koyré in Brazil | Marlon Salomon

On the Writing of History of Science in Brazil in the Second Half of the 20th CenturyWhat is inside and outside | Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

The Place of History in the History of Science: Notes for Reflections in the Brazilian Context | Andréa Mara R. S. Vieira

Resenhista



Itamar Freitas é doutor em História (UFRGS) e em Educação (PUC-SP), professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal de Sergipe, e editor do blog *Resenha Crítica*. Publicou, entre outros trabalhos, *Uma introdução ao método histórico* (2021) e “Objetividade histórica no Manual de Teoria da História de Roberto Pirgibe da Fonseca (1903-1986)”. ID: <https://orcid.org/0000-0002-0605-7214>; E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com

Para citar esta resenha

CONDÉ, Mauro (Org). “Historiography of Science in South America: Reception, Reflection and Production (Argentina, Brazil and Uruguay)”. *Transversal: International Journal for the Historiography of Science*. Belo Horizonte, n.11, 2021. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/transversal>>. Resenha de: FREITAS, Itamar. A historicidade das ciências. *Crítica Historiográfica*. Natal, v.2, n.5, p.1-09, maio/jun. 2022.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir dos seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhe sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).